



Gestão & Regionalidade

ISSN: 1808-5792

revista.adm@uscs.edu.br

Universidade Municipal de São Caetano
do Sul
Brasil

Chaves Cavalcante, Erica Dayane; de Souza Bispo, Marcelo; Cunha Soares, Lúcia
PRAIA, SOL E MAR: UM MERGULHO NA COMPREENSÃO DA ORLA MARÍTIMA DE
JOÃO PESSOA (PB) COMO ORGANIZAÇÃO

Gestão & Regionalidade, vol. 31, núm. 92, mayo-agosto, 2015, pp. 103-119

Universidade Municipal de São Caetano do Sul
Sao Caetano do Sul, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=133441063008>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

PRAIA, SOL E MAR: UM MERGULHO NA COMPREENSÃO DA ORLA MARÍTIMA DE JOÃO PESSOA (PB) COMO ORGANIZAÇÃO

BEACH, SUN AND SEA: DIVING INTO THE WATERFRONT UNDERSTANDING OF JOÃO PESSOA (PB) AS ORGANIZATION

Erica Dayane Chaves Cavalcante

Mestre em Administração pelo Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e Integrante do Núcleo de Estudos em Aprendizagem e Conhecimento.

Data de recebimento: 03-12-2014

Data de aceite: 15-05-2015

Marcelo de Souza Bispo

Doutor em Administração de Empresas pela Universidade Presbiteriana Mackenzie. Professor da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) no departamento de Administração e do Programa de Pós-graduação em Administração.

Lídia Cunha Soares

Mestre em Administração pelo Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e Integrante do Núcleo de Estudos em Aprendizagem e Conhecimento.

RESUMO

O objetivo deste artigo foi analisar a Orla Marítima de João Pessoa (PB) como uma organização (processo organizativo) resultado das suas práticas cotidianas e do seu Comitê Gestor (Projeto Orla do Governo Federal). Compreende-se por organização um processo coletivo e dinâmico em torno de uma prática que consente seu reconhecimento e a manutenção social, considerando ainda as relações sociomateriais. A coleta do material empírico utilizou-se da etnometodologia, realizada em duas etapas, a primeira por meio de participação em doze reuniões do Comitê Gestor Orla, e a segunda com a imersão na Orla Marítima. Dentre os resultados, apontou-se como o processo organizativo ocorre por meio de prática sociomateriais científicas, econômicas, políticas, do terceiro setor e de turismo/lazer. Constatou-se que o uso da Orla vai além do que é discutido no seu comitê gestor e enquanto organização social ela só é possível porque existe a interação sociomaterial.

Palavras-chave: Orla Marítima; organização; prática; etnometodologia; sociomaterialidade.

ABSTRACT

The aim of this study was to analyze the Orla Marítima de João Pessoa [João Pessoa Waterfront] (PB) as an organization resulting from its daily practices and Waterfront Management Committee (Waterfront Project of the Federal Government). It is understood as an organization a collective and dynamic process around a practice that allows its recognition and social maintenance, considering the sociomaterials relations. The collection of empirical data used an ethnomethodological approach, performed in two stages, the first through participation in twelve meetings of the Comitê Gestor Orla [Waterfront Management Committee], and the second with immersion in the Waterfront itself. Among the results, it was pointed out that the organizing occurs through scientific, economic, political, third sector, and tourism/leisure sociomaterial practices. It was found that the use of the Waterfront goes beyond what is discussed in its management committee and, as a social organization, it is only possible because there is sociomaterial interaction.

Keywords: Waterfront; organizing; practice; ethnomethodology; sociomateriality.

Endereço dos autores:

Erica Dayane Chaves Cavalcante
ericachaves.p@gmail.com

Marcelo de Souza Bispo
marcelodesouzabispo@gmail.com

Lídia Cunha Soares
lidiasoares@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

Frequentemente a palavra “organização” tem sido empregada tanto por acadêmicos quanto por profissionais de mercado como sinônimo de empresa. Entretanto, muitos autores (WEICK, 1979; CZARNIAWSKA, 2008a, 2013; GHERARDI, 2006) há algum tempo estudam e discutem possíveis posições ontológicas e epistemológicas sobre o tema que ampliam este entendimento e abrem novas frentes para os estudos organizacionais.

Neste estudo o método de análise para os fenômenos organizacionais é a socioprática, a qual considera a organização como um processo coletivo que consente à manutenção social, criação de significados e compartilhamento de saberes. Nesta perspectiva as organizações são compreendidas como um movimento resultante da dinâmica e do processo de organizar (*organizing*), ou simplesmente como processos organizativos (WEICK, 1979; BISPO; GODOY, 2012).

É importante mencionar que essa visão de organização surgiu a partir da inquietação de estudiosos ao perceberem que o foco na estrutura estática da organização e a simplicidade com a qual seus fenômenos eram tratados acabavam por dificultar a compreensão da real complexidade existente nos amplos domínios das interações sociomateriais, tendo eles a inspiração de importantes correntes da sociologia, como por exemplo, o interacionismo simbólico e a materialidade (BISPO, 2013). Com isso, a partir de reflexões ontológicas e, conseqüentemente, epistemológicas se passa a considerar a análise das práticas cotidianas e sociais que abrigam uma série de elementos próprios, incluindo os não humanos, tais como cultura, artefatos e objetos (LATOUR, 2005; GHERARDI, 2006).

É importante deixar claro que, neste artigo, evoca-se a sociomaterialidade por entender que em toda e qualquer realidade os fatores sociais são indissociáveis da materialidade, ou seja, para que uma organização exista uma série de elementos

não sociais possuem papel significativo no seu cotidiano, por exemplo, no caso da orla, do mar, da areia da praia e o clima como alguns dos seus elementos constituintes e caracterizadores.

Desse modo, a organização em foco neste artigo é a Orla Marítima da cidade de João Pessoa (PB), uma vez que esta, por ser um espaço que gera uma organização sociomaterial de múltiplos serviços com reflexos na geração de emprego, renda, lazer e bem estar aos utilizadores, por englobar elementos característicos da localidade, e ainda possuir uma estreita relação com a atividade turística em si, pode ser um objeto de análise esclarecedor no campo da administração e do turismo.

João Pessoa, capital da Paraíba, encontra-se na lista dos 65 destinos indutores do turismo no Brasil, representando a porta de entrada dessa atividade no estado (SEBRAE, 2012). Sua proximidade com os estados adjacentes de Pernambuco e Rio Grande do Norte permite um maior fluxo de visitantes por meio de modalidades extensivas de turismo, bem como seus elementos típicos, como a culinária, a mata nativa, o artesanato, a cultura e as belezas naturais que contribuem para a projeção nacional, em proporções cada vez maiores do turismo local. Dentre seus atrativos naturais estão às praias urbanas, cujas orlas são refúgios para seus frequentadores. Identifica-se que uma das práticas preferidas dos turistas que chegam à Capital paraibana é a caminhada pelo calçadão da praia (JOÃO PESSOA, 2013).

A Orla Marítima da cidade de João Pessoa é considerada uma representação de organização a céu aberto, o acesso a essa praia é livre, conforme assegura a Carta Magna, a qual em seu artigo 20 designa a praia como um patrimônio da União e ainda, está classificada no código civil, no artigo 99 da Lei 10.406/02, como um espaço de uso comum do povo. Desse modo, conforme coloca Di Pietro (1998, p.427): “consideram-se bens de uso comum do povo aqueles que, por determinação legal ou por sua própria natureza, podem ser utilizados

por todos em igualdade de condições, sem necessidade de consentimento individualizado por parte da Administração”.

A fim de garantir ao cidadão o direito legítimo de uso à praia e minimizar conflitos existentes pelo múltiplo interesse social ou econômico relativos ao seu uso, o Governo Federal criou em 1998 o plano de ação federal para a zona costeira que originou um Projeto de Gestão Integrada da Orla Marítima – Projeto Orla, conduzido pelo Ministério do Meio Ambiente, e da Secretaria de Qualidade Ambiental nos Assentamentos Humanos, da Secretaria do Patrimônio da União e do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. O projeto visa a disciplinar o uso e a ocupação deste espaço considerado um bem do povo, para seu comum e livre uso (BRASIL, 2004, 2005, 2006).

Para lidar com os conflitos de interesses, o Projeto Orla prevê a formação de um comitê gestor da orla – que compõe o plano de gestão integrada para a faixa da orla, no qual se torna viável a participação cidadã e o alcance da democracia. Neste intuito, o comitê gestor é formado por atores sociais e institucionais que se unem para a “elaboração, execução, gestão e monitoramento do projeto orla”.

Nokano (2006) aponta que o projeto orla pressupõe, desde sua concepção, uma participação simétrica de atores da sociedade civil para que estes tenham condições de intervir e contribuir no processo. O autor é enfático ao mencionar que tanto a população tradicional (ribeirinhos, pescadores, marisqueiras, entre outros), os habitantes de baixa renda, quanto os empresários, o representante das ONGs, os grupos com maior poder aquisitivo, o poder público, entre outros, devem participar equitativamente na construção do plano de gestão integrado e atuar no comitê gestor, por meio de representação.

Com efeito, compõem o comitê gestor orla da região metropolitana de João Pessoa – PB a Secretaria de Meio Ambiente (SEMAM), Secretaria de Desenvolvimento e Controle Urbano (SEDURB),

Secretaria de Planejamento (SEPLAN), Secretaria de Educação e Cultura (SEDEC), Secretaria do Patrimônio da União (SPU/PB), Coordenação Estadual do Projeto Orla, Associação do comércio informal (AMEOMAR), Capitania dos Portos, Universidade Federal da Paraíba (UFPB), ONG Amigo das praias, Secretaria de Turismo (SeTur), Assessoria e Consultoria para a Inclusão Social (AC Social), Associação Brasileira da Indústria de Hotéis (ABIH/PB), e ainda há a participação de qualquer cidadão que possui interesse nos debates *ad hoc*, mesmo aqueles que não possuem vínculos legais com o referido Comitê.

Desse modo, o objetivo deste artigo consistiu em analisar a Orla Marítima de João Pessoa como uma organização resultado das suas práticas cotidianas e do Comitê Gestor. Por tanto, por meio da participação nas reuniões do comitê gestor e também visitas à orla, buscou-se compreender a percepção de atores sociais que integram quatro grupos de utilizadores deste espaço e que possuem representação no referido comitê, sendo eles: a) moradores; b) turistas, incluindo a modalidade de excursionistas; c) comerciantes, sejam estes da economia formal e informal, os quais desempenham atividades neste local; e; d) membros de órgãos de preservação e ONGs.

Para tanto, como estratégia metodológica utilizou-se a etnometodologia para investigação e análise. A compreensão e a análise do uso deste espaço foram amparadas por duas distintas ações: a identificação de como ocorre a gestão e o planejamento das ações voltadas ao uso da Orla Marítima no Comitê Gestor Orla, e; a análise de como os múltiplos atores sociais na sua prática cotidiana utilizam a orla para os diversos fins identificados. Além desta introdução o artigo traz na sua discussão teórica reflexões teórico-filosóficas sobre o conceito de organização seguida de uma breve discussão com o conceito de prática sociomaterial. Na sequência é apresentado o percurso metodológico seguido das análises dos resultados e terminando o texto com as considerações finais.

2. OUTRO (NOVO) OLHAR SOBRE AS ORGANIZAÇÕES

Os estudos organizacionais incidiram em um quadro de teorias construídas ao longo dos anos, consideradas por críticos organizacionais como retalhos, quebra-cabeças e metáforas por se distanciarem da completa realidade, uma vez que esta é maior do que se pode apreender cientificamente. Com efeito, sabendo das perspectivas existentes e das bases paradigmáticas que as sustentam, o conceito de “organização”, neste artigo, segue a perspectiva sociológica e processual, aqui denominada “*organizing*” (WEICK, 1979; GHERARDI, 2006; CZARNIAWSKA, 2008a; 2013).

Czarniawska (2008b) chama a atenção para o fato de que mesmo que o “*organizing*” seja considerado um tema recente, comumente relacionado às perspectivas pós-estruturalistas e pós-modernas, o termo emergiu no mesmo período em que teorias estruturalistas estavam em grande vigência. Por isso, é importante deixar claro que a noção de organização tida como processo não deve ser enquadrada apenas na perspectiva pós-estruturalista.

Conforme Weick (1979), assim como ilustrado na Figura 1, a utilização do substantivo “organização” imprime ao mesmo tempo uma noção de rigidez e estrutura estática. Para o autor, assim como para Cooper e Law (1995), os fenômenos organizacionais poderiam ser mais bem captados se adotada uma noção de organização como verbo (*organizing*), evidenciando sua natureza ativa e processual, e ainda, se os estudiosos focassem mais no processo de organizar, do que na estrutura organizacional resultante deste processo. Tal conceito emerge da noção de prática numa ótica mais abrangente e fundamentada em pressupostos particulares que possuem como requisitos básicos: seus significados próprios; o pré-estabelecimento do período temporal de uma ação; o reconhecimento social; e a organização como um organismo vivo e processual.

Ao recuperarmos os processos organizativos, oferecemos às organizações um novo olhar, buscando compreender outras realidades organizacionais a partir da visão processual, tendo em mente, de fato, como o organizar produz a organização. Ou seja, os processos organizativos podem ser utilizados como uma alternativa paralela e complementar ao entendimento das organizações, integrando os conceitos hegemônicos.



Figura 1 – Organização e os processos organizativos

Fonte: Elaborado pelos autores

Czarniawska (2013) remonta sobre a fonte de estudos que embasou a visão de organização como um processo (*organizing*). O termo foi cunhado em 1969 por Karl E. Weick, em sua tentativa de utilizar um novo conceito de organização, a fim de banir a ambiguidade existente em relação ao termo. Weick, inspirado nas ideias do psicólogo social Floyd Henry Allport (1954, 1962), publicou *The Social Psychology of Organizing* [A Psicologia Social dos Processos Organizativos].

Os autores compactuavam a noção de organização como um processo que é considerado uma gramática partilhada consensualmente e validado na medida em que ocorre, fazendo com que o comportamento dos indivíduos seja conscientemente entrelaçado (WEICK, 1979). Czarniawska (2013) relata que Weick foi além de uma sintetização da teoria dos sistemas, que estava em grande

debate na ocasião, ele conseguiu de fato iniciar uma teoria a respeito dos processos organizativos.

Deste modo, o foco nas organizações como estrutura, sinônimo de ordem estabelecida continuada, obscurecendo a visão de organização como um processo e, conseqüentemente, a proposta de Weick em retomar a perspectiva processual no estudo das organizações por meio dos processos organizativos. Percebe-se então que o foco na estrutura, sobrepujando o foco no processo de produção da organização sugere, de certa maneira, que a noção processual (processos organizativos) não estava adequada aos estudos organizacionais.

Em oposição a esta afirmação, Czarniawska (2010) chama a atenção para o fato de que a tônica nestes estudos eram os eventos que obscureciam a noção processual, e fortaleciam a noção dominante. Reed (2007) coloca que a história dos estudos organizacionais e a maneira como ela é contada não é imparcial, ou seja, não são representações neutras do que se foi vivido. Logo, todo o processo de reconstrução histórica é realizado de interpretações que sempre poderão ser questionadas.

Weick (1979) e Cooper e Law (1995) concordam que o estudo da organização deve priorizar o entendimento do organizar, a partir do entendimento de como as pessoas agem e o que elas fazem coletivamente para a obtenção dos objetivos predeterminados, de maneira que esse organizar sustente a organização, uma vez que ela é dada como um contínuo resultado do organizar, ou seja, a ordenação coletiva das práticas organizativas que fazem com que a realidade social nesta localidade específica exista *ad hoc*.

É importante esclarecer que ao se inclinar para o estudo dos processos organizativos, não se coloca de lado as efetivas contribuições da teoria dos sistemas, que por mais de 50 anos permaneceu em destaque e foi de grande inspiração para os estudos organizacionais (CZARNIAWSKA, 2013), apenas se reconhece que a visão de organização como estrutura neutraliza seus fenômenos, encobre os

principais problemas, e por si só não é capaz de compreender a ampla gama de fenômenos organizacionais existentes.

Assim, Czarniawska (2010) confirma a ideia de que se os estudos organizacionais forem analisados, pode-se encontrar uma série de pontos que indicam como a ideia de organização pode criar barreiras e ocultar questões críticas dos processos organizativos. Na visão da autora, estes estudos se inclinam apenas à associação dos processos organizativos na organização formal, desprezando a interação que se dá nos grupos informais e os próprios grupos formais, a colaboração que pode vir a existir entre organizações, e a noção de que organizações podem ir além da sequência dos objetivos para os quais ela foi concebida.

3. AS PRÁTICAS E O ORGANIZAR

A abordagem das práticas permite compreender fenômenos coletivos que ocorrem nos processos organizativos (GHERARDI, 2006; BISPO; GODOY, 2012). Todavia, ao se falar do termo prática, dentro da abordagem das práticas, o entendimento vai além da noção de rotina, ação individual, ou simplesmente fazer determinada atividade. Embora seja possível alcançar algumas definições para o termo, parte com pressupostos e significados distintos. Gherardi (2006) se preocupa com o fato de que ao conceitua-lo é possível incorrer no risco de reduzir seu significado e a ampla gama de possibilidades pretendidas nos estudos.

A autora afirma que a noção de prática respeita princípios que podem ajudar a desenhar um melhor entendimento do termo. Destarte, quatro características são apontadas, em suma: (a) a prática se refere à forma como os significados são atribuídos a determinado grupo de execução de atividades (situadas) e como o reconhecimento dessas atividades é obtido; (b) a prática se relaciona à fragmentação temporal em que um conjunto de

atividades ocorre; (c) a prática é um fenômeno reconhecido socialmente; (d) a prática reflete à forma como o mundo é organizado.

Desse modo, uma prática pode ser considerada “um modo relativamente estável no tempo e socialmente reconhecido de ordenar elementos heterogêneos em um conjunto coeso” (GHERARDI, 2006, p. 34).

Outra característica do estudo das práticas apresentada por Gherardi (2006) se trata da sua possibilidade de conhecer as organizações em suas particularidades, suas representações de conhecimento construídos por meio das práticas, dentre outros elementos relacionados às dimensões humana, social e cultural dos indivíduos. Ainda conforme a autora, o mundo social se estrutura e se reconstrói a partir da ação dos atores sociais e da interação com os elementos não humanos, ou seja, o curso dessas ações faz com que as organizações se perpetuem ou se transformem em novas configurações ao longo do tempo.

É importante mencionar que a consideração dos elementos não humanos na análise das práticas, no que tange aos seus agentes sociais, se fundamenta principalmente em duas abordagens teóricas: a teoria ator-rede (dentre outras uma importante teoria das práticas) e a materialidade (LEONARDI, 2012). Estas abordagens apresentam seus referenciais próprios, aqui unimos aspectos de ambos e expomos a sua principal diferença, com o objetivo de explicar as relações sociais dos não humanos (artefatos e objetos) no processo organizativo.

A teoria ator-rede (TAR), ou sociologia da translação (GHERARDI, 2006), teve como precursores Michel Callon, John Law e Bruno Latour (TURETA; ALCADIPANI, 2009) que estabeleceram críticas à visão sociológica tradicional cunhada por Émile Durkheim ao considerar uma inércia na realidade social e a existência de domínios independentes de atores sociais (COHEN; COHEN, 2012). Para o Latour (2005), a preocupação com o processo de

produção social deve ser o foco dos estudos sociológicos. O autor propõe uma maneira distinta de Durkheim de entender o social, não mais tido como algo fragmentado, mas como um conjunto de associações que se formam entre elementos heterogêneos existentes numa rede de relações, que compreendem pessoas, o meio e a materialidade.

Contudo, pela amplitude e profundidade desta perspectiva, neste artigo consideramos apenas a discussão sobre os elementos não humanos que passam a ser considerados na análise social, na busca de sua significação atribuída pelo indivíduo, tornando-o um agente ativo nas situações cotidianas e ainda um provocador de mudanças. Desse modo: “os elementos não humanos tal como os humanos podem agir. A agência não diz respeito necessariamente às pessoas” (LATOUR, 2005, p.1). Assim, no social não são apenas os seres humanos que agem, mas também máquinas, arquiteturas, recursos naturais, animais, ou seja, qualquer material. Assim, a sociedade existe porque pessoas e não humanos se entrelaçam formando uma complexa rede de relações sociais (LAW, 1992).

Entretanto, não se pode afirmar que o nível de análise dos elementos não humanos seja de igualdade com os elementos humanos. Latour (2005, p. 76), dá ênfase ao fato de que a TAR “não é o estabelecimento de uma absurda simetria entre humanos e não humanos”. Ao contrário, são considerados os aspectos provisórios e heterogêneos de todos os elementos pertencentes à rede. Estas são consideradas as principais premissas da TAR concatenadas a partir do significado da palavra “social”.

De acordo com Svabo (2009) materialidade é o nome atribuído a entidades físicas como artefatos e objetos. Um artefato é uma entidade material e imaterial. São materiais quando possuem concretude e imaterial porque expressa simbolismo. Os artefatos são construídos de forma intencional pelo homem para atingir um objetivo específico, seja a resolução de um problema ou a satisfação de uma necessidade, ou seja, para facilitar as atividades

desenvolvidas pelo homem (STRATI, 2007; SVABO, 2009; KALLINIKOS; LEONARDI; NARDI, 2012), tornam-se importantes no processo organizativo, pois permitem que as pessoas realizem atividades antigas de maneira diferente, de uma forma nova e novas atividades que não podiam fazer antes sem a sua utilização (KALLINIKOS; LEONARDI, NARDI, 2012). Já objetos são entidades apenas materiais, ou seja, são artefatos materiais. Mesmo assim, são capazes de transmitir valores, crenças e sentimentos (STRATI, 2007; SVABO, 2009).

A materialidade é a capacidade que uma entidade física e ou digital apresenta de, com o passar do tempo, independentemente do lugar, tornar-se importante à seus usuários. De modo que altere a maneira como os usuários realizam suas atividades. Já a sociomaterialidade é a capacidade que toda a materialidade carrega de ser social, logo que é criada, interpretada e utilizada em contexto social. A sociomaterialidade nos permite compreender que o processo organizativo está envolto ao material e ao social, que não existe uma predeterminação de que um incide sobre outro, mas que social e material são considerados tão intimamente relacionados que não existe diferença entre social e material. De modo que, o material é considerado social, e o social é considerado material (LEONARDI, 2012).

4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este estudo é de natureza qualitativa e a etnometodologia foi a estratégia de investigação utilizada para a pesquisa, por ser um método que compartilha dos pressupostos filosóficos que fundamentam a noção de organização adotada neste estudo e ainda por ser compreendido como uma contribuição teórica dentro do estudo das práticas (BISPO; GODOY, 2012, 2014).

Gherardi (2006), Oliveira e Montenegro (2012), assim como Bispo e Godoy (2012, 2014) evidenciam que, pelo fato de existir uma discussão

quanto à natureza das organizações, as quais são compreendidas como resultado de um processo existente numa realidade socialmente construída, dentro de um contexto intersubjetivo em que significados são construídos e compartilhados por meio das práticas cotidianas, os estudos etnometodológicos são apropriados para investigação de diversos fenômenos organizacionais. Além disso, são pouco utilizados na academia brasileira da área.

Dentro da abordagem etnometodológica o pesquisador, denominado por Rawls (2008) como etnometodólogo, deve evitar exprimir opiniões e concepções prévias sobre os dados, permitindo que os mesmos sejam inteligíveis e neutros ao seu olhar. Na imersão no campo, o etnometodólogo deve utilizar a máxima da indiferença etnometodológica, postura inspirada na ideia de “suspensão” da fenomenologia, para que deste modo, seja possível compreender o comportamento das práticas cotidianas no que concerne a sua construção, perpetuação e modificação, como também seus significados e sentidos atribuídos pelos seus membros.

Oliveira e Montenegro (2012) asseguram que na etnometodologia, as técnicas de investigação empregadas são as mesmas utilizadas em outras abordagens de pesquisa qualitativa, mudando apenas o foco de investigação e a forma de análise, uma vez que se busca uma completa compreensão das práticas sociais cotidianas. Desse modo, utilizou-se como instrumentos de dados imagens, observações diretas, entrevistas e conversas informais.

Por tanto, a realização desta pesquisa ocorreu em duas partes, na primeira havendo a participação dos autores deste artigo nas reuniões do Comitê Gestor Orla. O Comitê Gestor faz parte do Projeto de Gestão Integrada da Orla Marítima (Projeto Orla), desenvolvido pelo Governo Federal em 2002 com a condução pelo Ministério do Meio Ambiente, através da Secretaria de Qualidade Ambiental nos Assentamentos Humanos e da Secretaria do Patrimônio da União, e pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão,

no propósito de sistematizar o planejamento de ações voltadas às Orlas, assim como atribuir com uma gestão integrada do espaço (descentralização de políticas públicas), que tem como o grande gestor a União, fazendo que a esfera dos estados e dos municípios possam incorporar normas específicas à regulamentação do uso do espaço de modo que exista uma mobilização social efetiva (PROJETO ORLA, 2002).

O Comitê Gestor Orla no qual houve acesso foi o da região Metropolitana de João Pessoa. Nas reuniões estavam reunidos os interessados (*stakeholders*) neste espaço, sejam estes os representantes legais dos seguintes órgãos: SEMAM, SEDURB, SEPLAN, SEDEC, SPU/PB, Projeto Orla, AMEOMAR, Capitania dos Portos, UFPB, ONG Amigo das praias, SeTur, AC Social, ABIH/PB, e os interessados que não possuem vínculos legais com o referido Comitê.

As participações nessas reuniões tiveram início em março de 2013 e elas possuem um calendário de um encontro mensal. Todavia, nem sempre as reuniões ocorrem com esta frequência em razão de feriados e outras demandas que vieram a inviabilizar os encontros. Nesse sentido, até a produção deste artigo, os autores participaram de 12 reuniões até o mês de julho de 2014. Houve o foco inicial em observar as discussões sobre este espaço, ações e projetos aprovados, a forma de implantação desses projetos.

Ainda, conversas informais com os membros do comitê sempre aconteciam durante as reuniões a fim de esclarecer dúvidas que surgiam relativas à linguagem compartilhada entre aqueles membros ou ao próprio domínio do comitê. Em seguida, duas entrevistas exploratórias foram realizadas com 2 membros-chave do comitê, sendo uma delas com a representante da SEMAN, na condição de secretária executiva do comitê e a outra com a representante da SPU, na condição de implementadora do Comitê Gestor Orla Estadual. Foram versadas questões sobre o

papel do Comitê Gestor na organização da Orla e o sentido e as particularidades da faixa de Orla Marítima de João Pessoa PB.

Na segunda parte da pesquisa, realizada de maio até outubro de 2014, houve a imersão dos pesquisadores na Orla Marítima de João Pessoa, especificamente nas praias de Manaíra, Tambaú e Cabo, onde ocorreram às observações diretas com foco na visualização em curso dos projetos e ações implementados pelo comitê, ou que aconteciam sem ter sido foco de análise pelo mesmo, simplesmente de forma espontânea, ou por intervenção de ações distintas do Projeto Orla.

Recorreu-se a conversas informais sempre que surgia a necessidade de conhecer a relação de um dado indivíduo com o contexto observado, ou quando se percebia a necessidade de alguma informação/explicação sobre alguma atividade realizada na orla, ou o motivo que levava a realização desta atividade. Ao todo, 37 pessoas foram abordadas e contribuíram com esta pesquisa. Os dados das observações e das conversas informais eram registrados imediatamente em um caderno, o que possibilitou um material de análise e consulta.

Além disso, foram captadas imagens da Orla, um total de 82 fotos, as quais foram utilizadas para situar o leitor no contexto em estudo, dadas as particularidades da Orla Marítima de João Pessoa – PB, bem como subsidiar a análise, que levou à observação dos múltiplos e difusos usos da Orla, os quais possibilitaram acessar por meio das práticas seus sentidos e sua dinâmica de ação cotidiana.

Os dados foram analisados à luz dos cinco conceitos-chave da etnometodologia garfinkiliana, especificamente por meio da proposta de Bispo e Godoy (2014) de realizar a busca pautada na identificação das atividades que formam uma prática, e os elementos que indicam realização, indicialidade, reflexividade, relatabilidade, a noção de membros, descritos no Quadro 1.

Quadro 1 – Os cinco conceitos-chave da etnometodologia

Conceito	Conteúdo
Prática / Realização	Indica a experiência e a realização da prática dos membros de um grupo em seu contexto cotidiano, ou seja, é preciso compartilhar desse cotidiano e do contexto para que seja possível a compreensão das práticas do grupo.
Indicialidade	Refere-se a todas as circunstâncias que uma palavra carrega em uma situação. Tal termo é adotado da linguística e denota que, ao mesmo tempo, em que uma palavra tem um significado, de algum modo "genérico", esta mesma palavra possui significação distinta em situações particulares, assim, a sua compreensão, em alguns casos, necessita que as pessoas busquem informações adicionais que vão além do simples entendimento genérico da palavra. Trata-se da linguagem em uso.
Reflexividade	Está relacionada aos "efeitos" das práticas de um grupo, trata-se de um processo em que ocorre uma ação e, ao mesmo tempo, produz uma reação sobre seus criadores.
Relatabilidade	É como o grupo estudado descreve as atividades práticas a partir das referências de sentido e significado que o próprio grupo possui, pode ser considerada como uma "justificativa" do grupo para determinada atividade e conduta.
Noção de membro	O membro é aquele que compartilha da linguagem de um grupo, induz a uma condição de "ser" do e no grupo e não apenas de "estar"

Fonte: Bispo e Godoy (2014)

5. RESULTADOS – A ORGANIZAÇÃO ORLA MARÍTIMA DE JOÃO PESSOA

A Orla Marítima de João Pessoa compreende 24 quilômetros (JOÃO PESSOA, 2014). Dos 723.515 habitantes que compõem a população da cidade de João Pessoa, 22,5% possui algum tipo de atuação na Orla ou atuam diretamente neste espaço. Constata-se em João Pessoa um movimento histórico da ocupação deste espaço, a partir das décadas de 1960 e 1980, que antes acontecia predominantemente no centro da cidade. Pela proximidade do centro, o trecho de Orla com maior densidade de ocupação é onde localizam as praias de Manaíra, Tambaú e Cabo Branco, nas quais é possível encontrar feiras-livres, mercados, agências bancárias, lojas, empresariais, mini shoppings,

supermercados, salões de beleza, de artesanato, entre outros, além de prédios residenciais e residências horizontais (PROJETO ORLA, 2014).

É possível observar, a partir do cotidiano, que a ocupação deste espaço ocorre principalmente por meio da economia, como o comércio informal, atividade que pode ser considerada predominante. O comércio informal pode ser visto a partir do uso dos bares e quiosques (comércio com instalação), bem como da venda de produtos e serviços pelos itinerantes (comércio ambulante). É importante esclarecer que há também na Orla uma série de empreendimentos que abrigam o comércio formal, como hotéis, flats, pousadas, restaurantes, bares, imobiliárias, lojas e feiras de artesanato, lanchonetes tipo *fast food* de grandes empresas internacionais, lanchonetes de comidas regionais, entre outros.



Figura 2 – Estrutura da Orla Marítima



Figura 3 – Pescaria por lazer na praia de Tambaú

Com a finalidade de observar as práticas na Orla Marítima nos baseamos em uma série de pressupostos: sua continuidade ao longo do tempo, ou seja, a prática é resultado de ações que ocorrem de forma repetida; a significação e o reconhecimento social para que assim ela seja caracterizada no seu contexto de ação, a reprodução por uma coletividade e o modo como os elementos heterogêneos (humanos e não humanos) são organizados (GHERARDI, 2006). Por isso, observou-se que o uso econômico do espaço se relaciona a duas *práticas (realização)* fundamentais, sendo estas o turismo e o lazer num espaço considerado “aconchegante” para alguns atores. Neste quadro, a realização dos esportes é a mais comum. Exemplos de esporte, dentro do conceito de lazer, que são observáveis na Orla: a existência da organização de um trecho da praia de Tambaú pela ONG Associação Viva a Praia (AVP) para que atividades como vôlei e o futebol de areia possam acontecer de forma estruturada; a integração das pessoas com deficiência ao uso da praia em Cabo Branco, viabilizado pela ONG Assessoria e Consultoria pela Inclusão Social (AC Social); o Paramotor Sport que é praticado principalmente na praia de Manaíra, por ser a praia com menos pessoas circulando, onde é possível ter aulas sobre como praticar o esporte.

As realizações do turismo e do lazer acontecem de forma entrelaçada, como por exemplo: o uso para lazer observado no mar, no qual os barcos de passeios turísticos que integram os trechos de Tambaú à costa norte recebem/deixam



Figura 4 – Pescaria artesanal por lazer na praia de Tambaú

os turistas. No mar, nas proximidades do centro turístico PBtur, do Mercado de Peixe e do Hotel Tambaú, se concentram os barcos de pesca, onde se vê a atividade sendo realizada de diferentes modos, para diversos fins. A pesca que originalmente representa um meio de subsistência, sendo realizada por lazer, a exemplo.

A partir dos diferentes usos da Orla Marítima, identificados e sintetizados por meio da formulação dos cinco grupos ilustrados na Figura 5, tornam-se visíveis os processos organizativos que permitem que este espaço seja utilizado para seus múltiplos fins, o entrelaçamento das práticas e o seu reconhecimento enquanto espaço político/econômico/de lazer ou turismo/de produção científica/de ações do terceiro setor.



Figura 5: Usos da Orla Marítima de João Pessoa (Manaíra, Tambaú e Cabo Branco)

Fonte: Elaborado pelos autores.

Para possibilitar a análise da Orla Marítima enquanto uma organização fruto dos processos de organizar, consideramos a agência dos elementos humanos e os não humanos. Os elementos humanos são representados pelos indivíduos que vão à Orla para utilizá-la para um fim específico, dentre os vários identificados. Os elementos não humanos compõem o conjunto de artefatos e objetos que permitem que o elemento humano utilize a praia ao seu fim específico. Por exemplo, para que um indivíduo ofereça o aluguel de um guarda-sol, ação relacionada ao uso econômico da praia (e ilustrada na Figura 6), é necessário que o sol esteja forte ao ponto de que a necessidade de aluguel deste equipamento se dê por outro indivíduo, ação relacionada ao uso de lazer na praia. Nesse contexto, o sol representa um elemento não humano determinante na ação de ambos os indivíduos e o guarda-sol representa um objeto (não humano) de mediação entre estes indivíduos.

Esta mesma relação se encontra presente nas práticas desportivas existentes na praia, as construções feitas para diferentes fins, mas que têm agência na prática, como os quiosques que são espaços de consumo para os turistas ou passantes, e de trabalho e renda para aquele que utiliza o lugar com finalidade econômica. Esses quiosques são também espaços de comensalidade onde os indivíduos se encontram, por exemplo, antes e depois da

realização de atividades esportivas. Desse modo, o quiosque que é material, é considerado social por proporcionar atividades sócias, caracterizando a sociomaterialidade.

Em relação à *indicialidade*, buscar suas evidências na Orla, assim como a identificação da prática, não é simples, por dois motivos iniciais: o primeiro refere-se ao fato de que a Orla é um espaço de múltiplos usos, por pessoas de diferentes faixas etárias, realizando atividades para diferentes fins. Cada um desses grupos de utilizadores comungam significados próprios, de certo modo impermeáveis as barreias invisíveis estipuladas entre eles. Ou seja, é necessário ser membro ou ter proximidade para se entender o que Guesser (2003) denomina como “expressões indiciais”, linguagem particularizada, a partir do uso de um termo genérico (que possui outro sentido em outro contexto), por indivíduos em um determinado grupo.

O segundo motivo se refere à crença de que, independente dos inúmeros grupos de utilizadores da Orla, há a unificação de linguagens e sentidos pela população da cidade de João Pessoa com relação a este espaço. Por tanto, o desafio é identificar estas “expressões indiciais” partilhadas por um contingente maior de pessoas. Nesse sentido, Garfinkel (2006) preconiza sobre a necessidade de que ao pesquisar determinado espaço, o pesquisador se alinhe ao “requisito único de adequação”,



Figura 6 – Ação do aluguel de guarda-sol na praia de Tambaú

ou seja, tenha um certo domínio ou proximidade ao campo para ter a capacidade de captar os menores detalhes que podem ser substanciais na análise da prática. Como a linguagem focada na etnometodologia não é aquela formal, culta, cravada de apropriações eruditas e sim a linguagem simples, falada de forma espontânea pelas pessoas no seu cotidiano (GUESSER, 2003), para acessar os sentidos atribuídos à linguagem falada pelo cidadão em suas ações práticas e cotidianas é necessário se tornar um interlocutor.

No processo de investigação da indiciabilidade se destacam três expressões habituais ao se referir a Orla Marítima onde se localizam as praias de Manaíra, Tambaú e Cabo Branco, sendo elas: O próprio termo “orla”, que tem como significado literal a margem, beira ou borda de algo, este algo sendo normalmente rios, lagos, lagoas ou mar. Desse modo, o uso puro do termo Orla (vou à Orla) pode remeter a qualquer localização geográfica na cidade, como a lagoa situada no Parque Solon de Lucena, imagem do cartão postal de João Pessoa. No entanto “automaticamente” a referência de sentido ao termo Orla, dentre diversos atores que contribuíram com este estudo, é a faixa onde concentram as praias de Manaíra, Tambaú e Cabo Branco (NOTAS DE CAMPO, 2014).

Na praia de Cabo Branco há a construção de um monumento em homenagem ao Almirante Tamandaré, Joaquim Marques Lisboa (figura 7), militar da marinha do Brasil e patrono da mesma

(NOTAS DE CAMPO, 2014). O espaço onde localiza este monumento (Busto de Tamandaré – nome oficial) é chamado pelos utilizadores apenas de “busto”. Estar na faixa da praia ou nas proximidades do local é estar no “busto”. Os utilizadores da Orla utilizam o termo “busto” como uma expressão habitual para designar um ponto de referência para sua localização, quando na realidade o Busto de Tamandaré se trata de um objeto localizado na praia de Cabo Branco.

A terceira expressão habitual mencionada se trata de como os utilizadores da Orla designam a calçada que se estende pelas praias de Manaíra, Tambaú e Cabo Branco. O termo “calçadinha” é rotineiramente utilizado, como foi possível constatar a partir dos discursos de atores quando questionados sobre o que fazem na Orla: “gosto de caminhar na calçadinha”, “sempre estou por aqui pela calçadinha” ou “prefiro ficar na calçadinha na parte da noite e ver o movimento das pessoas” (NOTAS DE CAMPO, 2014).

Ao se falar da *reflexividade*, utiliza-se como exemplos as ações de uma esfera que influencia no modo como a Orla se organiza: o poder público. A limpeza e a segurança são ações que precisam ser desempenhadas para que a coletividade tenha condições de utilizar o espaço e expressam a relação entre os elementos não humanos e humanos como, especificamente, o lixo que precisa ser recolhido ou o uniforme e os aparatos de uma figura da polícia, observada na Figura 8, para coibir ações criminosas.



Figura 7 – Busto de Tamandaré



Figura 8 – Policiamento na Orla Marítima

Além disso, dinâmica da ocupação do espaço é regularizada por meio de ações da gestão pública, como parte dos eventos que acontecem durante todo o ano: shows no Busto de Tamandaré (praia de Cabo Branco), torneios desportivos, maratonas, ações sociais de assistência à saúde, entre outros. A estrutura necessária para que os eventos aconteçam do modo mais harmônico possível para todos os atores é resultado da reflexividade, uma vez que ocorreu a adaptação das práticas imbricadas nesta dinâmica na medida do tempo.

Ainda no que concerne ao uso político, o comitê gestor Orla representa um resultado da reflexividade dos seus atores sociais, na medida em que ele surge para amenizar os conflitos de interesses em relação ao espaço. Trata-se de uma dimensão que se interessa pelo ordenamento e disciplinamento do uso do espaço. Suas reuniões não acontecem no ambiente o qual é foco das discussões, no entanto, suas propostas de ações são voltadas a proteção e assistência de todos os usos identificados na Figura 1. A partir das entrevistas realizadas, a representante do comitê gestor orla estadual informou sobre algumas das intervenções:

Largo da gameleira [quadrante situado na praia de Tambaú] foi um projeto muito polêmico por que tinha além da ocupação por “barracas” (quiosques), tinha os pescadores que estavam muito resistentes e com muito medo de perder o espaço e a gente conseguiu achar uma opção que contemplasse tanto os

pescadores que usam aquele espaço como também a gente pudesse abrir o espaço para a população também usar. É tanto que a área estava muito violenta, um local onde semanalmente tinha pessoas sendo assassinadas e com a abertura do espaço deu uma melhorada. Além disso, teve o projeto de organização de Manaíra, porque lá tinham “barracas” (quiosques) que não tinham espaço, elas não deixavam o pedestre passar, não conseguia andar na “calçadinha” e a gente chegou à conclusão de tirar porque realmente não cabia [...] Agora estamos trabalhando na regularização dos bares que estão instalados em Tambaú e Cabo Branco e também na recuperação de parte da “calçadinha”.

O Largo da Gameleira mencionado se encontra ilustrado na Figura 9. A secretária executiva do comitê gestor Orla apontou igualmente o projeto do Largo da Gameleira como uma das intervenções mais significativas no âmbito do comitê, a partir dele houve a construção do mercado de peixes, organização do espaço dos pescadores, melhora da iluminação e a limpeza visual no local, como uma das intervenções mais visíveis realizadas pelo comitê. Para ela:

A organização daquele espaço foi muito importante tanto para os utilizadores de um modo geral, como para o turismo, que o turista tira foto ali em frente ao monumento de adoração ao sol, ou de frente para o BA. (Nome fictício do único quiosque que restou naquele espaço) e todo mundo já sabe que ele está na Orla de João Pessoa, ficou sendo um ponto de identificação daquele espaço. Antes não, as pessoas usavam drogas ali, era um espaço violento, tinha assaltos, mortes, era bem diferente mesmo.

Em relação à *relatabilidade*, dentre os indivíduos que estavam na Orla a passeio, fazendo turismo e para lazer, foi relatado que a Orla é um espaço que proporciona relaxamento e prazer: “Gosto de tomar sol, uma água de coco geladinha aqui



Figura 9 – Policiamento na Orla Marítima

na praia, sentir o vento, caminhar, é muito bom”. Uma senhora atribuiu o seguinte sentido ao fato de realizar suas atividades físicas na praia: “caminhar na praia me deixa feliz, é uma forma de você fazer uma atividade física de forma prazerosa, porque não gosto de academia, e aqui não, você vê o mar, sente o ‘ventinho’ no rosto, tem onde comprar um coco para tomar uma água e refrescar, encontrar pessoas que conheço e também caminham”. A mesma indagação, um rapaz informou que vinha pelo menos três vezes na semana à praia “pegar uma cor” [porquê na praia?], porque ali era o ambiente que ele mais gostava de estar e se sentia à vontade em mergulhar e tomar sol (NOTAS DE CAMPO, 2014).

A noção de *membro* nas práticas da Orla se estabelece de forma particular para cada prática. Um exemplo de como isso acontece se dá pelo uso econômico do mar para passeios turísticos. Os agentes que atuam naquele espaço, especificamente, compartilham um modo de agir no âmbito do seu serviço, expressões únicas de domínio

do grupo que atua com o transporte de turistas. O modo como realizam as atividades, a linguagem comum daquele grupo, como o assobio utilizado para dar um sinal de partida para o passeio, as formas de interação, os significados partilhados representam elementos construídos socialmente a partir da experiência de vivência da prática em torno da qual eles se organizam.

A partir do que foi apresentado, foi possível ver que a Orla enquanto organização social só é possível porque existe a interação entre elementos humanos e não humanos como, por exemplo, os elementos não humanos que compõem a própria estrutura do lugar: prédios, calçada, quiosques, os coqueiros, a água do mar, a areia, os raios do sol, durante o dia, ou a iluminação das vias durante a noite. Enfim, estes elementos se somam à ação humana formando várias organizações, que são sustentadas por sua prática específica, a exemplo do turismo colocado pela Secretaria executiva do comitê como a vocação do trecho da praia de Cabo Branco.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo analisar a Orla Marítima de João Pessoa como uma organização resultado das suas práticas cotidianas. Assim, os resultados apresentaram a Orla como um espaço complexo de múltiplos e difusos usos, que permitem a existência de uma infinidade de práticas sociomateriais. Por isso, analisar a Orla como uma organização fruto dos processos organizativos das suas práticas sociais resultantes dos vários usos contribui significativamente do ponto de vista teórico para que, por meio deste caso, a compreensão e a pesquisa relacionada as organizações (termo lato), especialmente em reflexões ontológicas e epistemológicas rompa com o uso da palavra “organização” para identificar apenas empresas.

Por um olhar prático, compreender a Orla como uma organização resultado de um processo organizativo possibilita que a gestão pública deste espaço vá além das preocupações ambientais e comerciais para chegar à uma ação gerencial pública que permita compreendê-la como uma ação organizacional de múltiplos usos e interesses de cunho social que promove reflexos nos atores sociais humanos e não humanos lá presentes e reconhecidos etnometodologicamente como membros.

Somado a isto, a própria iniciativa da criação de um Comitê Gestor da Orla nos leva a refletir até que ponto este órgão possui, de fato, ação gerencial plena sobre as ações cotidianas da Orla e, ao mesmo tempo, contribui muito mais para uma atenção e discussão inicial para um espaço

tão importante para cidade de João Pessoa nos âmbitos ambiental, social e comercial. Nesse sentido, é possível concluir que a Orla, enquanto organização, é maior e mais complexa do que o abarca as discussões do Comitê Gestor, assim como a própria ação dos governos municipal, estadual e federal.

Cabe apresentar também, como limitações, a própria capacidade dos pesquisadores em ter acesso a todos os atores sociais da Orla juntamente com todos os fenômenos ali existentes, somado ao fato da dinamicidade existente de tudo que lá acontece. Assim, assumimos que neste trabalho os resultados apresentados são fruto daquilo que os pesquisadores conseguiram acessar a partir da metodologia empregada juntamente com as reflexões possíveis junto aos dados coletados. Sabemos que o nosso olhar deixou de fora desta análise alguns outros fenômenos que poderiam enriquecer ainda mais as análises como, por exemplo, as atividades relacionadas a prostituição, tráfico de drogas ou ainda dos “cuidadores de carro” (flanelinhas). Certamente estas atividades podem ser consideradas relevantes para estudos posteriores com objetivo de ampliar a compreensão da Orla como processo organizativo.

Por fim, destacamos que utilizar as lentes das práticas por meio da etnometodologia contribui, no nosso entender, de modo relevante para trazer esta abordagem para o avanço de diversos outros fenômenos organizacionais fruto de pesquisa de acadêmicos brasileiros devido a sua potencialidade para compreensão do cotidiano das organizações.

REFERÊNCIAS

BISPO, M. S. Estudos baseados em prática: Conceitos, história e perspectivas. *RIGS revista interdisciplinar de gestão social*, Salvador, v. 2, n. 1, jan./abr. 2013.

BISPO, M. S.; GODOY, A. S. A Etnometodologia enquanto caminho teórico-metodológico para investigação da aprendizagem nas organizações. *RAC – Revista de Administração Contemporânea*, Curitiba, v. 16, n. 5., p. 684-704, 2012.

REFERÊNCIAS

- _____. Etnometodologia: uma proposta para pesquisa em estudos organizacionais. *Revista de administração da Unimep*, Piracicaba, v. 12, p. 108-135, 2014.
- BRASIL. Ministério do meio ambiente; ministério do planejamento, orçamento e gestão. *Projeto Orla: subsídios para um projeto de gestão*. Brasília: MMA, MPOG, 2004. 104 p.
- _____. Ministério do meio ambiente. secretaria de qualidade ambiental; ministério do planejamento, orçamento e gestão. Secretaria do patrimônio da união. *Projeto orla: guia de implementação*. Brasília: MMA, 2005. 36 p.
- _____. Ministério do meio ambiente, ministério do planejamento, orçamento e gestão. *Projeto orla: manual de gestão*. Brasília: MMA, 2006. 88 p.
- COOPER, R., LAW, J. Organization: distal and proximal views. *Research in the Sociology of Organizations*, v. 13, p. 237-74, Greenwich: JAI Press, 1995.
- _____. Organizing: how to study it and how to write about it. *Qualitative research in Organizations and Management: An International Journal*, Bingley BD16 1WA, v. 3, n. 1, p. 4-20, 2008a.
- _____. *A theory of organizing*. Cheltenham: Edward Elgar Press, 2008b.
- _____. Going back to go forward: on studying organizing in action nets. In: HERNES, T.; MAITLIS, S. (Orgs.). *Process, sensemaking, & organizing: perspectives on process organization studies*. Nova York: Oxford University Press, 2010. p. 140-160
- _____. Organizations as obstacles to organizing. In: ROBICHAUD, D.; COOREN, F. (Orgs.) *Organizations and organizing*. Materiality, agency, and discourse. Nova York: Routledge, 2013. p. 3-22.
- DI PIETRO, M. S. Z. *Direito Administrativo*. 9. ed. São Paulo: Atlas, 1998.
- GHERARDI, S. *Organizational knowledge: the texture of workplace learning*. Oxford: Blackwell Publishing, 2006.
- GUESSER, A. H. A etnometodologia e a análise da conversação e da fala. *EmTese*, v. 1, n. 1, p. 149-168, 2003.
- JOÃO PESSOA. *Secretaria Municipal de Turismo*. Disponível em: <<http://www.joaopessoa.pb.gov.br/secretarias/setur/joaopessoa/apresentacao/>>. Acesso em: 12 ago. 2013.
- _____. *A capital: João Pessoa é surpreendente*. Disponível em: <<http://www.joaopessoa.pb.gov.br/secretarias/setur/joaopessoa/>>. Acesso em: 27 maio 2014.
- KALLINIKOS, J.; LEONARDI, P. M.; NARDI, B. A. The Challenge of Materiality: Origins, Scope, and Prospects In: LEONARDI, P. M.; NARDI, B. A.; KALLINIKOS, J. (Orgs.), *Materiality and Organizing: Social Interaction in a Technological World*. Oxford: Oxford University Press, 2012. p. 25-48.
- LAW, J. Notes on the theory of the actor network: ordering, strategy and heterogeneity. *Centre for Science Studies*. Lancaster University, Lancaster LA1 4YN, 1992. Disponível em: <<http://www.comp.lancs.ac.uk/sociology/papers/Law-Notes-on ANT.pdf>> Acesso em: 22 abr. 2014.
- LATOUR, B. *Reassembling the social*. Oxford: Oxford University Press, 2005.
- LEONARDI, P. M. Materiality, Sociomateriality, and Socio-Technical Systems: What Do These Terms Mean? How Are

REFERÊNCIAS

They Related? Do We Need Them? In: LEONARDI, P. M.; NARDI, B. A.; KALLINIKOS, J. (Orgs.). *Materiality and Organizing: Social Interaction in a Technological World*. Oxford: Oxford University Press, 2012. p. 25-48.

NAKANO, K., (Org.). *Projeto Orla: implementação em territórios com urbanização consolidada*. Coordenação de Kazuo Nakano. São Paulo: Instituto Polis; Brasília: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 2006. 80 p.

OLIVEIRA, S. A.; MONTENEGRO, L. M. Etnometodologia: desvelando a alquimia da vivência cotidiana. *Cad. EBAPE.BR*, v. 10, n. 1, p. 129-145, 2012.

PARAÍBA. *Turismo e desenvolvimento econômico: Roteiros turísticos*. Disponível em: <<http://www.paraiba.pb.gov.br/turismo-e-do-desenvolvimento-economico/roteiro-turisticos>>. Acesso em: 16 dez. 2013.

PROJETO ORLA: Projeto de Gestão Integrada da Orla Marítima. *Plano de intervenção na orla do município de João Pessoa*. Disponível em: <<http://www.ligiatavares.com/gerencia/uploads/>

<arquivos/055cd422dc2cf559bf2dfe5641f18972.pdf>>. Acesso em: 25 fev. 2014.

RAWLS, A. W. Harold Garfinkel, ethnomethodology and workplace studies. *Organization Studies*, NY, v. 29, n. 5, p. 701-732, 2008.

REED, M. Teorização Organizacional: um campo historicamente contestado. In: CLEGG, S.; HARDY, C.; NORD, W. (Orgs.). *Handbook de Estudos Organizacionais*, v. 1. São Paulo: Atlas, 2007. p. 61-97.

SEBRAE. Índice de Competitividade do Turismo Nacional: 65 Destinos Indutores do Desenvolvimento Turístico Regional. *Relatório Brasil 2011*. Luiz Gustavo Medeiros Barbosa (Org.). Brasília: SEBRAE, 2012. 88 p.

STRATI, A. *Organização e Estética*. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

TURETA, C; ALCADIPANI, R. O objeto na análise organizacional: a teoria ator-rede como método de análise da participação dos não-humanos no processo organizativo. *Cadernos EBAPE.BR*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 50-70, 2009.

WEICK, K. E. *The social psychology of organizing*. Reading: Addison-Wesley, 1979.